



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

12/05/2023

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Desigualdade de renda cai para menor nível em 11 anos

Com a ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600 às vésperas da eleição e a geração de vagas de trabalho, a desigualdade de renda entre ricos e pobres caiu em 2022, último ano do governo Jair Bolsonaro (PL), para o menor nível de uma série histórica iniciada em 2012, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (11) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O abismo entre os extremos da população é medido pelo índice de Gini, que varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima).

Em 2022, o Gini do rendimento domiciliar per capita (por pessoa) recuou a 0,518, o menor nível da série em 11 anos, após subir a 0,544 em 2021.

Apesar da queda no ano passado, o índice ainda segue em um nível elevado se comparado ao de outros países, segundo o IBGE.

O rendimento domiciliar per capita da metade da população mais pobre subiu 18% no ano passado, para R\$ 537 por mês. Enquanto isso, o ganho médio dos brasileiros 1% mais ricos foi de R\$ 17.447. O valor no topo da distribuição ficou 0,3% abaixo do registrado em 2021 (R\$ 17.494). Todos os valores são em termos reais, ou seja, são ajustados pela inflação.

Mesmo com o leve recuo, os brasileiros 1% mais ricos (R\$ 17.447) ganharam o equivalente a 32,5 vezes a renda da metade da população mais pobre (R\$ 537).

Essa diferença é a menor da série histórica, embora o abismo siga existindo. Em 2012, ano inicial dos registros, a marca era de 38,2 vezes.

"A queda brusca dessa razão para o menor patamar da série histórica reflete um pouco tudo que observamos. Muitas pessoas voltaram para o mercado de trabalho, os muito pobres estão recebendo um auxílio que se compara ao auxílio emergencial em valor, e o 1% mais rico teve uma pequena redução no rendimento", afirmou Alessandra Brito, analista da pesquisa do IBGE.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 12 de maio.

CPFL tem alta de 42% no lucro; vê alinhamento em conversas para renovação de concessões

A CPFL Energia fechou o primeiro trimestre do ano com crescimento de dois dígitos nas principais linhas do balanço, impulsionado por desempenhos positivos nas unidades de distribuição e geração de energia e pelos primeiros resultados da estratégia de recuperação no negócio de transmissão.

O lucro líquido da companhia elétrica atingiu R\$ 1,65 bilhão nos primeiros três meses do ano, aumento de 42% em relação à igual período de 2022. Já o Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) alcançou R\$ 3,53 bilhões, alta de 33,6%, segundo balanço divulgado nesta quinta-feira (11).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 12 de maio.

Lucro da Sabesp cai no 1º tri, mas vem acima do esperado; empresa anuncia PDV

A Sabesp teve lucro líquido de R\$ 747,2 milhões no primeiro trimestre, queda de 23,4% em comparação com o mesmo período no ano anterior, informou a empresa nesta quinta-feira (11), anunciando também a aprovação de um plano de demissão voluntária.

Analistas esperavam, em média, resultado líquido de R\$ 569,1 milhões, de acordo com dados da Refinitiv.

A empresa apurou lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de R\$ 2,04 bilhões no período, contra expectativa de R\$ 1,98 bilhão, segundo pesquisa da Refinitiv. Frente ao primeiro trimestre de 2022, o Ebitda subiu 18,2%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 12 de maio.

Pouco mais da metade dos contribuintes da Baixada Santista entregaram declaração do IR

A pouco mais de três semanas do fim do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda, que termina no próximo dia 31, pouco mais da metade dos contribuintes da Baixada Santista já acertaram as contas com o Leão. De acordo com levantamento da Receita Federal, a pedido de A Tribuna, o índice era de 53% de declarações enviadas até a meia-noite de domingo.

Nos nove municípios da Região, foram entregues 270.010 declarações - o número total estimado de contribuintes é entre 493.467 e 506.283. Santos é a cidade que mais teve envios: 86.846 (46% do total), seguida de Praia Grande (51.490, ou 58% do total) e São Vicente (44.553, ou 58% do total).

Já no Vale do Ribeira, foram entregues 22.534 declarações (60% do total). A cidade com mais contribuintes devidamente em dia com o Leão é Registro, com 6.236 (57% do total).

O número alto de contribuintes que ainda não fizeram suas declarações pode representar preocupação sobre como preencher a declaração. Afinal, alguns erros são decisivos para que um contribuinte caia na malha fina.

Segundo o auditor da Receita Federal, Renato Cesar Leite, há três equívocos básicos a serem evitados.

“Não se deve esquecer de informar todas as fontes de renda (para quem tem mais de uma ou possui dependente que também tenha alguma fonte); informar valores com deduções sem ter o recibo/nota fiscal correspondente e a comprovação do efetivo desembolso (pagamento com cheque, cartão, transferência bancária ou saque comprovado com extrato bancário) e não relacionar todos os bens e direitos”, descreve.

Para ele, é necessário prestar atenção na hora de preencher a declaração, conferir depois de preencher, usar dados confiáveis e que possam ser comprovados. “Recomendamos sempre acompanhar o processamento da declaração, alguns dias após o envio, para ver se não ficou com alguma pendência. Muitas podem ser resolvidas com uma simples retificação”, acrescenta o auditor.

Saiba mais em: A Tribuna, sexta-feira 12 de maio.

Gasolina, preços no atacado e outras possíveis melhoras na inflação

Há indícios de que inflação deve voltar a cair ou dar algum frescor relevante ao menos para as expectativas. A deflação de preços ao produtor aumenta. O dólar está em tendência de queda desde fins de março. Há rumores de redução do preço da gasolina (embora o próprio governo Lula, segundo gente do Planalto, ainda não acredite nisso para já).

A dúvida maior está no ritmo de aumentos de salários e, em decorrência, da inflação de serviços. Do lado das expectativas, depende-se de quando e como vai ser aprovado o teto móvel de gasto de Lula (arcabouço fiscal) e do que será feito da meta de inflação.

O arcabouço deve sair um pouquinho mais apertado do Congresso, mas não o suficiente para modificar de modo relevante preços no mercado, taxas de juros e câmbio, e expectativas. Mas a aprovação vale alguma coisa. A fim de aproveitar e reforçar uma pequena onda favorável nos preços, conviria ainda que o governo enterrasse a discussão de mudança na meta de inflação, ao menos neste ano ou enquanto o ambiente estivesse tenso em relação a preços e ao futuro da política monetária.

O IGP-DI, indicador de inflação da FGV, está cada vez mais no vermelho. É o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, na maior parte, 70%, um índice de preços ao produtor ou quase isso (atacado e construção civil). Nos 12 meses até abril, a deflação do IGP-DI foi de 2,57%. Em março, de 1,16%. Em fevereiro, o IGP-DI ainda aumentava, 1,53%. Em abril de 2022, o aumento era de 13,53% em 12 meses.

Não vai haver o milagre da desinflação, claro. A alta de preços é teimosa, no caso do setor de serviços é inflação de demanda, sim —uma baixa depende da moderação extra no aumento do salário médio.

Está acontecendo, mas bem devagar. Esperava-se que a mudança fosse notável já em abril, o que parece improvável, pois o ritmo de crescimento da atividade econômica surpreendeu, para cima, ainda que seja muito medíocre.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Vinicius Torres Freire, sexta-feira 12 de maio.